



Plenário vota regras de reajuste na Previdência e lei para menor

Medida provisória estende aos benefícios as normas do salário mínimo. Também está na pauta mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente

Primero item da pauta trata da aplicação, no reajuste dos benefícios previdenciários, das normas válidas para o salário mínimo. Há também a medida provisória que transforma transporte pirata em infração gravíssima e libera de emplacamento as máquinas agrícolas.

A semana no Plenário tem ainda projetos polêmicos, como a criação de um regime especial para

menores que cometerem ato equivalente a crime hediondo, com período de cumprimento de até oito anos, o que pode manter o infrator internado até os 26 anos de idade, em unidade específica ou em ala especial de presídio comum.

Outra proposta sem consenso libera a Petrobras da obrigação de ser operadora exclusiva da exploração de petróleo no pré-sal e de ter participação mínima de 30% nos leilões. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado - 30/6/2015

Projeto de José Serra que muda legislação para menores chegou a entrar na pauta da semana passada, mas foi adiado

Márcio Sanchez/Assessoria Senado/Lídice da Mata



Audiência da CPI contou com os senadores Telmário, Lindbergh, Lídice e Ângela

Taxa de assassinatos de jovens em Roraima cresce 356% em 10 anos

Índice se refere ao número de homicídios por 100 mil habitantes, na faixa de 0 a 19 anos, entre 2003 e 2013, e foi revelado em audiência pública na sexta-feira, na assembleia legislativa do estado. Segundo a presidente da CPI do Assassinato de Jovens, Lídice da Mata,

o aumento da violência em Roraima superou a média nacional. Lindbergh Farias uniu-se a outros debatedores que ressaltaram a necessidade de mais políticas públicas para esse segmento da população. A audiência foi pedida por Ângela Portela e Telmário Mota. **4**

Comissão discute amanhã quatro textos da reforma política **3**

CPIs da CBF e dos Fundos de Pensão devem começar ainda este mês **4**



Mais visitas



Portal tem recorde de acessos no primeiro semestre

O Portal Senado Notícias, que reúne conteúdo multimídia produzido pela TV, Rádio, Agência e **Jornal do Senado**, alcançou 3,6 milhões de visitas de janeiro a junho deste ano. O número é resultado do esforço do Senado em ampliar a transparência, levando informação clara aos cidadãos. **3**

Site do Senado oferece resumo de projetos em pauta

Desde a semana passada, o cidadão pode consultar na internet uma síntese explicativa de cada um dos projetos previstos para votação no Plenário. O serviço, idealizado pela Consultoria Legislativa do Senado, busca oferecer à sociedade informação rápida e clara sobre as propostas que estão na ordem do dia, prontas para serem votadas. **2**

ACONTECEU NO SENADO

Prorrogação de prazo dos lixões atende reivindicações do pacto federativo

O Senado aprovou a prorrogação do prazo para municípios erradicarem lixões. Era um pedido dos prefeitos para o pacto fe-

derativo e foi transformado em projeto por comissão que, na quarta-feira, apresentou relatório com 15 propostas. **4**

Rádio Senado vence prêmio de jornalismo na categoria cultura **2**

Especialistas apresentam estudos sobre setor aéreo **4**

Há quatro anos a **Ouvidoria** do Senado foi criada para ser um canal direto de comunicação com a **sociedade**. Com ela, cada **cidadão** pode contribuir para **aprimorar** o Legislativo e garantir mais **eficiência e celeridade** ao trabalho do Senado.

Fale com a Ouvidoria. Sua voz dentro do Senado Federal.

Conheça e participe: www.senado.leg.br/ouvidoria

SENADO FEDERAL

Secom | Publicidade e Marketing

Projetos em votação na Casa ganham resumo explicativo

Idealizado pela Consultoria Legislativa, novo serviço disponibiliza no Portal do Senado, para consulta da sociedade e dos parlamentares, uma síntese das propostas legislativas que estão na pauta do Plenário

A CONSULTORIA LEGISLATIVA do Senado lançou na semana passada o Quadro-Síntese da Ordem do Dia, que oferece aos cidadãos um resumo dos projetos que estão na pauta do Plenário. Desde terça-feira, essas informações têm sido publicadas diariamente na página da pauta do Plenário, gerenciada pela Secretaria-Geral da Mesa (SGM). Para ter acesso ao conteúdo, bastar clicar no ícone “Resumida”, localizado na parte superior à direita.

A novidade, segundo o consultor-geral-adjunto, Gustavo Henrique Taglialegna, começou a ser idealizada a partir de projeto desenvolvido nas comissões da Casa há aproximadamente cinco anos.

— Inicialmente o trabalho era voltado unicamente aos presidentes das comissões, mas no ano passado começamos a publicar no Portal das Comissões e o cidadão passou a ter acesso. Isso foi

muito bem recebido dentro e fora da Casa — explicou.

Informação rápida

A partir da experiência bem-sucedida veio a ideia de ampliar a ferramenta para o Plenário. Foi elaborado mecanismo específico de publicação para que os resumos, guardados no banco de dados, sejam automaticamente puxados para o quadro-síntese quando a ordem do dia é elaborada. A exceção, segundo o consultor, vale apenas para os projetos que entram em regime de urgência.

— O produto foi criado para proporcionar aos parlamentares e à comunidade, tanto o cidadão comum quanto a imprensa, informações rápidas e claras dos projetos que estão em pauta. O design da página foi feito para que o acesso fosse rápido e para que o parlamentar tenha ideia do que está sendo votado — salientou Taglialegna.

Para ler as sínteses de dias anteriores, basta selecionar a data no calendário disponibilizado na página. No entanto, como o lançamento ocorreu no dia 30 de junho, os resumos estão disponíveis somente a partir dessa data.

De acordo com a diretora da Secretaria Legislativa do Senado Federal, Sonia Trindade, apesar de ainda não ser possível mensurar os resultados concretos após o lançamento do produto, a expectativa é otimista.

— O serviço foi montado pela Consultoria Legislativa, mas é alimentado pela SGM, por meio da Secretaria Legislativa. Então, fico orgulhosa porque a fonte de dados é nossa. Com certeza, a síntese vai ajudar muito o público, principalmente o externo, que pode não ter o conhecimento técnico — afirmou.

 Acesse o Quadro-Síntese <http://bit.ly/pautaPlenario>

Rádio Senado vence Prêmio Petrobras de Jornalismo

Reportagem especial da Rádio Senado sobre a escritora Hilda Hilst venceu a categoria Cultura do Prêmio Petrobras de Jornalismo. Produzida por Sergio Vieira, da Secretaria Agência e Jornal do Senado, “Torrente” foi veiculada em 2014 para marcar os 10 anos de falecimento da romancista, poeta e dramaturga.

A cerimônia de premiação aconteceu na terça-feira, na Sala Cecília Meireles, no Rio de Janeiro. Também participaram da produção a jornalista Ana Beatriz Santos, as locutoras Regina Pinheiro e Lya Passarinho e o técnico em áudio André Menezes.

— Eu jamais teria ganhado sem a ajuda desses colegas — disse Sergio Vieira.

A reportagem ouviu a escritora Márcia Tiburi e o diretor do Instituto Hilda Hilst, Daniel



Após ser premiado, Sergio Vieira elogiou a atuação da Petrobras na área cultural

Fuentes, além de amigos e estudiosos.

— Ela vende mais hoje do que quando viva. A página do Instituto no Facebook tem milhares de seguidores, a maioria jovens — informou Vieira.

Quando Hilda morreu, em 2004, o Senado aprovou votos

de pesar propostos pelos então líderes do PSDB, Arthur Virgílio, e do PT, Eduardo Suplicy. Trechos da homenagem feita em Plenário pelo ex-parlamentar petista foram utilizados na reportagem.

 Ouça o programa premiado no site da rádio: www.senado.leg.br/radio

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado> 

SEGUNDA

CDH Reforma política

9h Audiência com participação de pequenos partidos discute reforma política.

AERONÁUTICA Reunião de trabalho

10h Reunião da Comissão de Reforma do Código de Aeronáutica.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão destinada a pronunciamentos.

ASSASSINATO DE JOVENS Debate

19h30 A CPI faz audiência interativa com representantes da polícia e do Ipea.

TERÇA

CCT Banda larga

9h Plano de trabalho para avaliação do Ciência sem Fronteiras. Após, audiência sobre universalização da banda larga no país e escolha das emendas à LDO de 2016.

CDH Previdência social

9h Audiência interativa debate papel do Conselho Nacional de Previdência Social.

CMA Emendas à LDO 2016

9h30 Na pauta, o PLS 70/2007, que cria Comissão Nacional de Combate à Desertificação. Após, exame de emendas à LDO.

CAE Órteses e próteses

10h Na pauta, o PLS 17/2015, que regula o mercado de órteses e próteses, e análise das emendas da comissão à LDO de 2016.

DEBATES TEMÁTICOS Fies

11h Debate temático para discutir o Fies.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Plano

13h30 Comissão mista avalia plano de trabalho e requerimento para audiência.

CPI DAS PRÓTESES Audiência

14h Audiência discute denúncias de irregularidades e crimes no setor de próteses.

INTELIGÊNCIA Requerimentos

14h30 Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

REFORMA POLÍTICA Minutas

14h30 A Comissão de Reforma Política examina minutas de projetos.

COMENDA DORINA NOWILL Instalação

15h Instalação do Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill, eleição do presidente e vice e escolha dos agraciados.

CMO Contas da Presidência

15h A comissão analisa a prestação de contas da Presidência da República e demonstrações financeiras do Banco Central.

QUARTA

CAS Orçamento

9h Reunião para apreciar as emendas da comissão ao projeto da LDO 2016.

CDR Emendas à LDO

9h Apreciação das emendas da comissão à LDO. Depois, análise do projeto que proíbe o BNDES de financiar projetos no exterior.

CAS Saque do FGTS

10h Na pauta, projeto que permite saque do FGTS em caso de doença grave.

CE Plano Nacional de Educação

10h Audiência para avaliar o primeiro ano do Plano Nacional de Educação (PNE).

CE Benefício para universitário

14h Análise do projeto que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

CMO Transparência do SUS

14h Audiência com o ministro da Saúde sobre prestação de contas do SUS.

MP 676/2015 Aposentadoria

14h Instalação da comissão que analisa a MP sobre novas regras para aposentadoria.

MP 677/2015 Energia elétrica

14h10 Eleição do presidente da comissão que analisa a MP que garante recursos para empreendimentos de energia elétrica.

MP 678/2015 Regime de contratações

14h20 Instalação da comissão que analisa a MP que estende o RDC para ações de segurança pública.

ESTATAIS Gestão de estatais

14h30 A comissão que estuda uma lei de responsabilidade das estatais faz audiência com setores da indústria.

MP 679/2015 Minha Casa, Minha Vida

14h30 Instalação de comissão que analisará a MP sobre uso de imóveis do Minha Casa, Minha Vida durante as Olimpíadas.

QUINTA

CCT Defesa cibernética

9h Audiência para debater a segurança nas redes telemáticas e a defesa cibernética.

CMO Tesouro Nacional

10h Audiência com o secretário do Tesouro.

CRE Emendas ao Orçamento

10h Análise de emendas da comissão à LDO de 2016 e sabatina de embaixador.

SEXTA

SESSÃO ESPECIAL Auditores da Receita

14h Sessão especial em homenagem à Associação Nacional dos Auditores da Receita.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:  <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:  <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
Acompanhe: • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/cidadania
 • **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pauta da semana tem MPs e punição a jovens

Item polêmico estabelece regime especial de atendimento socioeducativo que deverá ser aplicado a menor que praticar conduta prevista na Lei de Crimes Hediondos

A PAUTA DO Plenário da próxima semana deve começar com a análise da Medida Provisória (MP) 672/2015. A MP, além de manter as atuais normas para o reajuste do salário mínimo entre 2016 e 2019, estende essas regras para a correção dos benefícios da Previdência Social superiores ao mínimo. A mudança envolvendo os benefícios previdenciários foi aprovada pelos deputados. O presidente do Senado, Renan Calheiros, recomendou, na semana passada, equilíbrio com a questão fiscal e bom senso na análise da proposta:

— A decisão da Câmara cria, sem dúvida, uma oportunidade para que nós possamos aprofundar o debate da Previdência, conhecer qual é a sustentabilidade e a questão atuarial.

Outra MP que consta da

pauta é a 673/2015, que isenta de licenciamento e de emplacamento as máquinas agrícolas e os veículos usados para puxar essas máquinas. A MP, que perde a validade em 14 de agosto, traz também mudanças em regras do trânsito. Segundo o texto, dirigir na faixa exclusiva para transporte público coletivo passa de infração leve a gravíssima, com a apreensão do veículo. Igualmente passa a ser considerada infração gravíssima o transporte pirata de passageiros. Ambas as MPs chegaram ao Senado na quarta-feira e trancam a pauta do Plenário.

A pauta traz propostas polêmicas. Uma delas é o PLS 333/2015, de José Serra (PSDB-SP), que estabelece um regime especial de atendimento socioeducativo dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a ser aplicado



Regra de ajuste do mínimo pode ser estendida aos beneficiários da Previdência

a menores que praticarem, mediante violência, conduta prevista na Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990).

O substitutivo apresentado por José Pimentel (PT-CE) estabelece que o regime especial deverá alcançar jovens na faixa dos 18 aos 26 anos que estiveram envolvidos, quando menores, em crimes graves.

Nesses casos, o período de internação poderá durar até oito anos e ser cumprido em estabelecimento específico ou em ala especial, assegurada a separação dos demais internos. Alguns senadores pediram a formação de uma comissão especial para debater o assunto. A questão ganhou força nos últimos dias,

quando a Câmara aprovou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos — em alguns casos.

Outro item polêmico é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de partilha de produção de petróleo, em voga na exploração da camada pré-sal. O projeto, também de Serra, tramita em regime de urgência, mas um acordo adiou sua análise, prevista para a semana passada.

Sessão temática sobre o assunto, realizada na terça, deixou evidente a falta de consenso. Engenheiros, professores e parlamentares se revezaram na tribuna, alternando a defesa e a crítica ao projeto. Para alguns senadores, é preciso mais tempo para tratar do tema.

Primeiro texto da reforma política pode ir a Plenário neste mês

A Comissão da Reforma Política vai discutir amanhã, a partir das 14h30, quatro sugestões apresentadas pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR). Se aprovadas, serão transformadas em projetos de lei, para votação direto no Plenário, sem passar por outras comissões. O prazo para a apresentação das sugestões encerra-se no dia 10.

O projeto que muda regras para coligações nas eleições proporcionais (PLS 430/2015), primeira proposta aprovada pela comissão, já está na fase de recebimento de emendas. O texto modifica regras das

coligações nas eleições para vereadores e deputados distritais, estaduais e federais: a distribuição de vagas deve respeitar o quociente eleitoral, pela votação obtida pelo partido, mesmo quando houver coligações. Assim, legendas que não alcançarem o quociente

não podem disputar sobras de vagas.

Outra sugestão disciplina o tempo dos programas partidários de rádio e TV para que sejam proporcionais ao tamanho das bancadas na Câmara. O objetivo é permitir que os partidos sejam repre-

sentados no Parlamento na mesma medida do apoio que têm na sociedade. As regras atuais, segundo a comissão, distorcem a vontade dos eleitores, uma vez que a formação de algumas coligações altera a distribuição das cadeiras que devem caber a cada legenda.

Há ainda a sugestão de assegurar somente aos partidos com diretórios permanentes em mais da metade dos municípios o acesso aos recursos do Fundo Partidário. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2015, estão reservados R\$ 811 milhões para o fundo.

Entre os projetos de senadores, participação de mulheres e voto obrigatório

Além de 15 sugestões novas, a comissão deve analisar projetos já apresentados por senadores.

Marta Suplicy (sem partido-SP) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC)

para que pelo menos 10% das cadeiras em todas as Casas legislativas sejam reservadas a mulheres nas primeiras eleições após a promulgação da emenda. Esse percentual cresce

nas eleições seguintes — 12% na segunda e 16% na terceira.

Reguffe (PDT-DF) apresentou a PEC 3/2015, que limita a apenas uma a possibilidade de reeleição de deputados e

vereadores, e a PEC 10/2015, que acaba com o voto obrigatório. Reguffe também sugeriu que a comissão vote o PLS 36/2015, que proíbe doações de empresas às campanhas.

Com mais informações, Portal de Notícias bate recorde de acessos

Em seu esforço para ampliar a transparência, o Senado tem investido em levar informações de maneira clara e diversificada à sociedade. Hoje, o Portal de Notícias oferece ao cidadão matérias em texto e vídeo, fotografias e conteúdo produzido pela Rádio Senado e pela TV Senado.

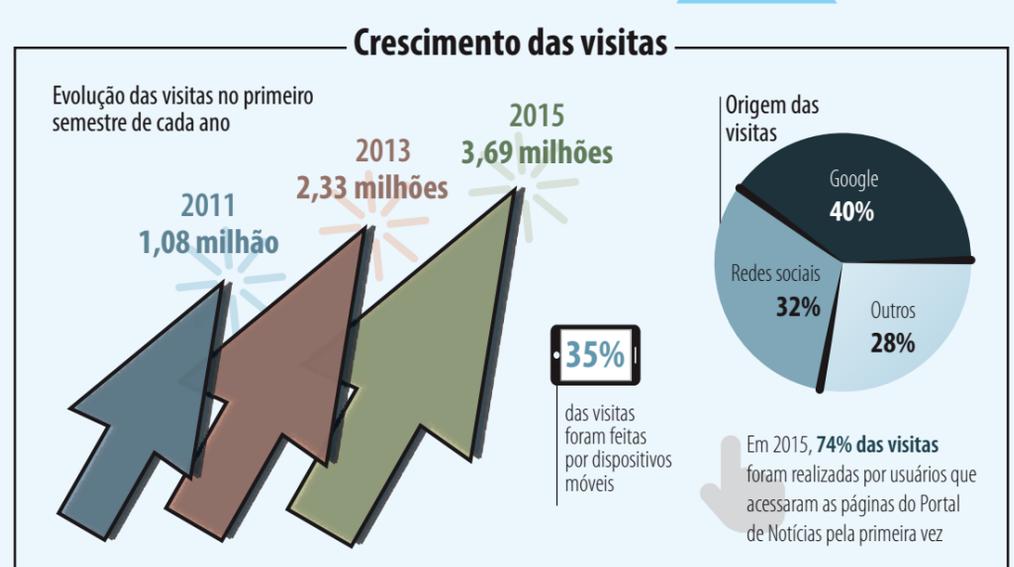
Com mais de cem matérias nos dias de atividade intensa, o Portal de Notícias, alimentado pela Agência Senado, atrai um número crescente de leitores. De janeiro a junho deste ano, incluindo a página do **Jornal do Senado**, foram 3.692.384 visitas, que geraram 6.339.977 visualizações — número 35% superior ao registrado no mesmo período do ano passado.

Desse total de visitas, 74%

foram realizadas por novos visitantes, usuários que acessaram as páginas do Portal de Notícias pela primeira vez.

O número de usuários únicos, outra métrica importante para avaliar o alcance de um site, ficou em 2.779.518, 43% a mais do que o primeiro semestre de 2014. Abril, maio e junho registraram as maiores visitas desde o lançamento do Portal de Notícias, em 2010. Esse período coincide com o lançamento, no fim de março, do Senado Agora, que noticia os fatos mais importantes ocorridos no Senado em tempo real.

Os acessos por dispositivos móveis, como tablets e celulares, responderam por 35% do total de visitas em 2015. O Google é a principal



origem das visitas, com 40% do total. Facebook e Twitter, são responsáveis por 32% dos acessos.

— A Comunicação do Senado foi criada para que

o cidadão brasileiro acompanhe o trabalho da Casa na elaboração das leis que afetam diretamente a sua vida. O Portal de Notícias hoje é o local onde o cidadão

encontra essas informações, em formatos cada vez mais diversificados, em tempo real — afirmou Virgínia Galvez, diretora da Secretaria de Comunicação do Senado.

Violência contra jovens em Roraima preocupa CPI

Taxa de assassinatos na faixa de 0 a 19 anos cresceu 356% de 2003 a 2013, atingindo principalmente jovens negros e pobres. Participantes de debate na sexta-feira pediram mais investimentos em políticas públicas

A EXEMPLO DO que acontece no restante do país, jovens negros e pobres são as maiores vítimas da violência em Boa Vista e no interior de Roraima. No estado, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes na faixa etária de 0 a 19 anos registrou crescimento de 356%, de 2003 a 2013, número que chamou a atenção da CPI do Assassinato de Jovens.

Na sexta-feira, a comissão promoveu audiência pública na Assembleia Legislativa de Roraima para discutir o problema. O pedido do debate foi feito por dois senadores do estado: Telmário Mota (PDT) e Ângela Portela (PT). Também participaram a presidente da comissão, Lídice da Mata (PSB-BA), e o relator, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Parlamentares e convidados defenderam mais investimentos em políticas públicas de prevenção à criminalidade.

— Em nível nacional, Roraima não é estado marcado pela violência, mas o destaque foi o aumento da criminalidade nos últimos dez anos, em índice maior que a média nacional — afirmou Lídice.

Lindbergh classificou de absurda a violência no Brasil:

— Para um país que avançou tanto e teve tanta inclusão social, mais 56 mil homicídios por ano é algo absurdo. É como se o Brasil não estivesse vendo isso, sem dirigir políticas públicas mais concretas a esses setores.

O presidente da OAB-RR, Jorge Fraxe, reclamou da aprovação pela Câmara da

redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, nos casos de crimes hediondos. Para ele, a decisão foi eleitoreira.

Ângela Portela disse não concordar com a medida. Para ela, uma das saídas é o país investir mais em educação.

— A população quer políticas públicas para diminuir esses altos índices de criminalidade. A redução da maioridade penal não resolve.

A CPI foi instalada em 6 de maio com 180 dias de prazo para funcionamento. Roraima foi o primeiro estado visitado pelo grupo, que ainda deve passar pelo Rio Grande do Norte, Bahia e Rio de Janeiro.

Hoje a comissão promove outra audiência pública no Senado, às 19h30, com representante do Ipea.



Lídice (2ª à esq.) coordena debate com os senadores Lindbergh e Ângela (D) e a deputada estadual Ângela Portella

Mais duas CPIs podem ser instaladas ainda este mês

Duas novas CPIs podem ser instaladas e iniciar os trabalhos antes de 17 de julho, véspera do recesso parlamentar. Trata-se da CPI dos Fundos de Pensão e da CPI da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Atualmente, quatro comissões de inquérito estão em funcionamento no Senado: a das Próteses, a do Assassinato de Jovens, a do HSBC e a do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Segundo a Secretaria-Geral da Mesa, os Blocos da Maioria e da Oposição já indicaram os titulares para a CPI dos Fundos de Pensão. Até sexta-feira, ainda estavam pendentes as indicações dos Blocos de Apoio ao Governo, Socialismo e Democracia e União e Força.

Na quarta, o presidente do

Senado, Renan Calheiros, pediu para os líderes partidários completarem as indicações pendentes de ambas as CPIs. Ele afirmou que, se isso não ocorrer, fará as indicações de ofício.

Renan informou ainda que discutirá com líderes partidários, esta semana, a definição de data para a leitura de requerimento de criação da CPI do BNDES. O requerimento com 27 assinaturas foi protocolado por Ronaldo Caiado (DEM-GO) e pede investigação de irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES a entidades privadas e a governos estrangeiros a partir de 2007.

A CPI da CBF, entretanto, deve ser instalada após a dos Fundos de Pensão. Também

na quarta foi apresentado requerimento aumentando a composição da comissão de 7 para 11 senadores. Esse tipo de pedido não precisa ser votado e produz efeitos imediatos. Até então, faltavam as indicações do Bloco da Maioria. O requerimento foi de Humberto Costa (PT-PE). Ele disse que o Bloco do Governo fará as indicações das duas CPIs esta semana.

Com o aumento do número de senadores da CPI, o cálculo da proporcionalidade partidária será refeito e todas as lideranças terão de completar ou refazer as indicações.

De qualquer forma, há a possibilidade de o Senado encerrar o primeiro semestre deste ano com seis CPIs em funcionamento.

Comissão analisa estudos sobre setor aéreo do país

Está marcada para hoje reunião da comissão de especialistas e autoridades do setor aéreo criada para discutir a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Serão apresentados os resultados dos primeiros estudos dos grupos de trabalho dividi-

dos em quatro grandes áreas: navegação aérea, organização da aviação civil, transporte aéreo e outros.

A comissão tem até o final do ano para elaborar anteprojeto de reforma do código. A presidência é exercida pelo advogado Georges Ferreira e

a relatoria é da professora de direito internacional Maria Helena Fonseca. Após a aprovação na comissão, o texto será analisado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

ACONTECEU NO SENADO



Fernando Bezerra (à dir.) é o responsável pelo relatório da comissão

Comissão define projetos de interesse federativo

Um deles, que prorroga prazo de lixões, foi aprovado dia 1º

Relatório da Comissão Especial do Pacto Federativo foi apresentado na quarta-feira pelo senador Fernando Bezerra (PSB-PE), com 15 propostas

de interesse de estados e municípios. Já foi aprovado o PLS 425/2014, que prorroga de três a seis anos o prazo para municípios erradicarem os lixões.



SENADO APROVA REAJUSTE DE ATÉ 78% PARA SERVIDOR DO PODER JUDICIÁRIO

O Plenário do Senado aprovou na terça-feira o projeto que dá reajuste escalonado aos servidores do Judiciário. O aumento varia de 53% a 78,56% e deve ocorrer em seis parcelas, até 2017. O líder do governo, senador Delcídio do Amaral (PT-MS), advertiu os colegas de que o governo deve vetar o reajuste.

MEDIDA PROVISÓRIA REAJUSTA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA

Aprovada na terça a MP 670/2015, que corrige a tabela do Imposto de Renda. A correção vai de 4,5% a 6,5%. O reajuste maior é para a faixa mais baixa de rendimento. Quem recebe menos de R\$ 1.903,99 está isento.

PROPOSTA ESTENDE PARA 75 ANOS APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DE SERVIDOR

Na quarta, foi aprovado projeto que estabelece a aposentadoria compulsória do servidor público aos 75 anos. Hoje, é aos 70 anos. A mudança atinge servidores públicos da União, estados, DF e municípios. O texto vai à Câmara.

SESSÃO TEMÁTICA DEBATE PARTICIPAÇÃO DA PETROBRAS NO PRÉ-SAL

Na terça-feira, o Senado fez sessão temática para debater a participação da Petrobras no pré-sal, tema do PLS 131/2015. Representante da estatal no debate, a assessora jurídica Claudia Vasques Zacour disse que a empresa se ajustará a um novo ordenamento caso o Legislativo aprove o projeto.



CPI DO HSBC PEDE LISTA DE CORRENTISTAS BRASILEIROS



A CPI do HSBC aprovou na terça requerimentos de quebra de sigilo fiscal e bancário de clientes investigados por operações irregulares com o banco. Ainda foi aprovado requerimento que solicita ao HSBC o envio da lista completa de brasileiros que tinham conta na unidade do banco na Suíça entre 2006 e 2007.

MINISTRO DA CULTURA DEFENDE MEIA-ENTRADA PARA ALUNO E APOSENTADO

Em audiência da CDH sobre meia-entrada, na quarta, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, defendeu o benefício para estudantes e aposentados, como forma de inclusão social.

LEI DE MIGRAÇÃO FACILITA VISTOS PARA ESTRANGEIROS E PROTEGE EMIGRANTE

Na quinta, a CRE aprovou a Lei de Migração (PLS 288/2013), que reduz a burocracia para pesquisador e investidor entrarem no país e protege o emigrante brasileiro. O texto vai à Câmara.